

INDEPENDÊNCIAS DO BRASIL

Trechos Censurados

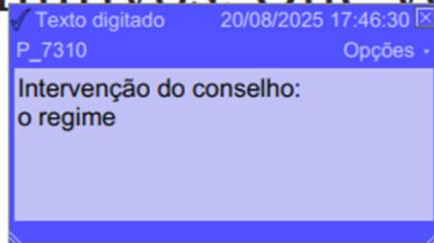
Organizadores

André Roberto de A. Machado

Andréa Slemian

Cláudia M. G. Chaves

no sesquicentenário com a ditadura militar e agora no bicentenário com a disputa pela democracia. É uma luta sem tréguas, sem fim e sem vencedores definitivos. Que venham as próximas batalhas!



Junho de 2025.

André Roberto de A. Machado

Andréa Slemian

Cláudia M. G. Chaves

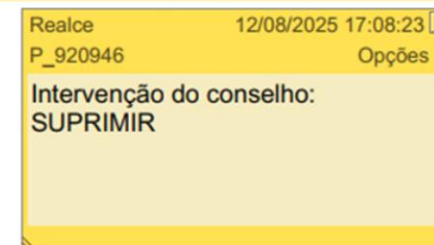
Há ainda muito a se pesquisar sobre a diversidade da atuação indígena na independência, que foi da rebelião às ações escritas. Agiram de formas variadas e em condições bem distintas, com projetos próprios para o novo país e se valendo, também, de preceitos liberais. No entanto, o Estado que se formou em seguida rapidamente os marginalizou. A Constituição de 1824 sequer os menciona, o que revela o silêncio como método de um Estado de proprietários para, entre outras coisas, destruir o ancestral direito indígena à terra. Fato é que não se pode compreender a independência do Brasil sem o protagonismo indígena e a importância do debate sobre essas populações na formação do país. As lutas atuais, a exemplo da luta contra a aberração jurídica do marco temporal indígena, têm uma longa e aguerrida história de povos que sempre estiveram e estarão por aqui.

✓ Realce 20/08/2025 17:48:36 ✕

P_7310 Opções ▾

Intervenção do conselho:
suprimir

Como bem disse o samba-enredo da Mangueira, vencedor do carnaval de 2019, ao procurarmos “a história que a história não conta, o avesso do mesmo lugar”, veremos que um outro 7 de setembro pode e deve ser nosso. Lutemos por ele!



Da construção da independência, os indígenas camarários passaram à luta por direitos. Em Vila Verde, denunciaram as formas de trabalho compulsório e exigiram o direito à liberdade, utilizando nas petições as palavras “patriotismo” e “despotismo”. Na vila de Trancoso, reivindicaram a reconstituição de seu patrimônio territorial e recusaram-se a pagar foro nas terras que lhes foram doadas pela Coroa no século XVII, com argumento de direitos adquiridos. Em 1830, ao analisar alguns desses embates dos indígenas camarários, o deputado José Clemente Pereira, reconhecendo a legislação indigenista e a própria política indígena, vociferou: “os índios já eram cidadãos antes da constituição”. Passados duzentos anos, os povos indígenas ainda hoje lutam por uma cidadania que lhes assegure os direitos constitucionais à terra e à liberdade, vergonhosamente negados pelo Estado brasileiro.

tos internos. Entretanto, a formação da Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai) parece ter dissolvido as desconfianças entre o Império e algumas repúblicas vizinhas. Na Guerra do Paraguai (1865-1870), o Império do Brasil e as Repúblicas da Argentina e do Uruguai aliaram-se contra o Paraguai, uma república ditatorial, no maior e mais covarde conflito bélico da América do Sul. Nessa guerra, antigos inimigos viraram aliados e tanto a monarquia brasileira como a República Argentina acabaram por concretizar suas ambições expansionistas, conquistando vastos territórios, então pertencentes ao Paraguai.

Realce 12/08/2025 17:45:50
P_920946 Opções
Intervenção do conselho:
SUPRIMIR

Realce 20/08/2025 17:51:11
P_920946 Opções
Intervenção do conselho:
tanto a monarquia brasileira como a República Argentina incorporaram vastos territórios então pertencentes ao Paraguai, que eram objeto de antigo litígio.

França e Brasil na época
da Independência: quando
o Haiti foi aqui

Realce 12/08/2025 17:47:00

P_920946 Opções

Intervenção do conselho:
SUPRIMIR

Em 1972, o Brasil preparava-se para comemorar o sesquicentenário de sua independência política de Portugal, ocorrida em 1822. Então, a ditadura preparou uma grande festa cívica, que deveria ocorrer ao longo de quase cinco meses, entre abril e setembro e mobilizar o país de Norte a Sul. Para o regime, já no poder havia oito anos, era importante contar, naquele momento, sua própria história da Independência. Tratava-se, portanto, de inserir o golpe de 1964 – chamado por seus adeptos, de ontem e de hoje, de “revolução” – e a ditadura como desdobramento natural da história do Brasil. Para tanto, o governo soube mobilizar personagens e eventos, construir uma narrativa específica dos acontecimentos e celebrar, assim, o passado, mas também o presente.

Realce 20/08/2025 17:08:34
P_7310 Opções -
Intervenção do conselho:
e o regime militar

Realce 20/08/2025 17:11:32
P_920946 Opções -
Intervenção do Conselho:
[relatar acontecimentos](#)

Realce 08/08/2026 11:38:40
P_920946 Opções -
Intervenção do
conselho:
organizou-se ou o
governo preparou

Naquela altura, quando a festa aconteceu, o regime se tornava cada vez mais violento e eficiente na caça aos seus inimigos. Desde a edição do Ato Institucional n. 5, em dezembro de 1968, o general presidente da vez tinha plenos poderes para dissolver o Congresso Nacional, decretar intervenção nos estados e municípios, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos por até dez anos, bem como o direito ao *habeas corpus*, dentre outros. Além disso, com o passar dos anos, os órgãos de informação e repressão do regime foram aperfeiçoados e, na primeira metade da década de 1970, funcionavam a pleno vapor. A tortura tornou-se política de Estado. Prisões arbitrárias, desaparecimentos de opositores, censura à imprensa, tudo estava na ordem do dia. Eram os “anos de chumbo” da ditadura.

Realce 20/08/2025 15:29:27
P_920946 Opções -
Intervenção do Conselho:
SUPRIMIR

Realce 20/08/2025 15:28:01
P_920946 Opções -
Intervenção do Conselho:
vivia momentos de
violência e permanente
combate aos seus
inimigos

Realce 20/08/2025 15:28:35
P_920946 Opções -
Intervenção do Conselho:
aos adversários do regime
aumentava.

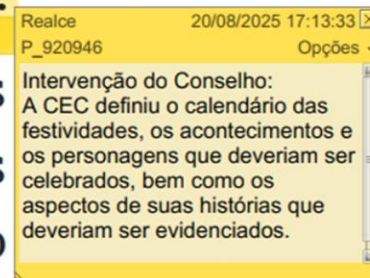
Foi nesse contexto que o regime se empenhou, ao longo de todo o ano 1972, em celebrar o sesquicentenário da Independência do Brasil. Sob esse aspecto as comemorações deveriam retratar o país do “milagre econômico”: a grandeza cívica e o crescimento econômico, mas também a força e o pulso firme do Brasil e da ditadura.

Realce 20/08/2025 15:29:33 

P_920946  Opções

Intervenção do Conselho:
[do regime militar vigente.](#)

Em janeiro de 1972, foi criada a Comissão Executiva Central (CEC) para dirigir e coordenar as comemorações. A CEC definiu a narrativa e o calendário das festividades, ou seja, que datas, acontecimentos e personagens deveriam ser celebrados e como suas histórias deveriam ser contadas, o que deveria ser lembrado, o que precisava ser esquecido. Tais escolhas deveriam não apenas expressar o desejo e a importância de se voltar para o passado nacional, mas também ser pródigas na celebração do momento de grandeza, de acelerado crescimento econômico e otimismo crescente que envolvia segmentos significativos da sociedade brasileira naqueles primeiros anos da década de 1970.



Foi nesse sentido que o mote das comemorações se centrou na ideia de que se o 7 de setembro de 1822 representava a conquista da independência política pelo Brasil, 150 anos depois, a ditadura promovia outra fundamental conquista: a independência econômica. Assim, o país livre, politicamente independente desde 1822, alcançava, então, com os militares, a maturidade e, enfim, a autonomia econômica que faria do Brasil uma potência mundial.

Realce 20/08/2025 17:14:07 

P_920946 

Intervenção do Conselho:
[o governo promovia](#)

Na grande celebração proposta pelo regime, a festa concentrou-se efetivamente em duas personagens que ganharam, ao longo dos séculos XIX e XX, auras de heróis nacionais: Tiradentes e D. Pedro I. Assim, a abertura oficial dos festejos ocorreu em 21 de abril, Dia de Tiradentes, e o encerramento, em 7 de setembro, tendo como ponto alto a repatriação dos restos mortais de D. Pedro I, de Portugal para o Brasil. Entre uma data e outra, cinco meses inteiros de festas nos quais a ditadura se expôs solene aos brasileiros e festejou não só a história-pátria, mas também, e principalmente, o presente e as perspectivas de futuro.

Realce 20/08/2025 15:32:00 

P_920946 Opções ▾

Intervenção do Conselho:
em que se festejou

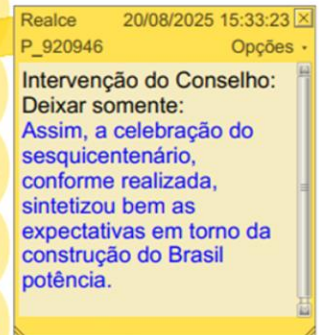
As comemorações do sesquicentenário devem ser compreendidas como um momento no qual a ditadura, ao se apropriar da História Nacional e imprimir a ela suas próprias cores e referências, buscou estabelecer diálogo com importantes tradições cívico-patrióticas, incorporando-se a elas. Ao mesmo tempo, não é possível compreender o tom das comemorações sem considerar o contexto do regime e do milagre econômico brasileiro, em suas complexidades e contradições.

Realce 20/08/2025 15:32:06

P_920946 Opções

Intervenção do Conselho:
o regime militar

Portanto, a celebração do sesquicentenário foi um momento em que se voltou para o passado com os pés profundamente fincados no presente e exaltou, antes de mais nada, a noção de “construção do novo”. Não devemos perder de vista que, pela lógica do regime, “construir” esteve sempre associado à ideia de “vigilância”, porque os inimigos do povo **conspiram**. Assim, a celebração do sesquicentenário, conforme realizada pela ditadura, sintetizou bem as expectativas em torno da construção do Brasil potência. Tais expectativas, no entanto, somente puderam se realizar em função de dois elementos que o regime militar conseguiu articular bem e colocar em prática: a coerção e o consentimento.



Para quem (não) foi o
sesquicentenário da
Independência?

Comentário do texto 20/08/2025 15:36:53 

P_920946 

Sugestão do Conselho para deixar o
título mais direto:
SUPRIMIR

p. 233§3

Em 1972, contava-se já o oitavo ano do golpe que colocou os militares no poder. Na economia, o Brasil vivia os anos do chamado “milagre econômico” (1969-1973), fenômeno que se caracterizou por forte crescimento da economia, acompanhado de grande aumento da desigualdade social entre ricos e pobres. O cenário político foi marcado pelo Ato Institucional n. 5, de 1968, que minava, na prática, qualquer possibilidade de oposição legal à ditadura, pois, entre outros fatores, suspendia o *habeas corpus* para os chamados “crimes políticos”.

Realce 20/08/2025 15:37:39 

P_7310  Opções

Intervenção do Conselho:
governo militar

tenham alguma dificuldade para visualizar o funcionamento desse evento, mas vale a tentativa: efeitos luminosos e sons foram utilizados para encenar a história do Brasil. Não houve participação direta de pessoas, mas apenas vozes gravadas previamente; uma luz se acendia, ouvíamos sons – um cavalo galopando ou uma pessoa falando, por exemplo – e usávamos a imaginação para montar a cena completa. Gostaríamos de dizer que havia elementos mais interessantes no espetáculo, mas não podemos. Era só isso mesmo.

Realce 20/08/2025 15:39:33 

P_920946 

Intervenção do Conselho:
SUPRIMIR

Aqui surge um grande problema: quase ninguém viu as luzes ou conseguiu ouvir os sons. A quantidade de pessoas que tentaram assistir ao espetáculo não é precisa, pois varia entre 150 mil e 300 mil. Esses milhares de pessoas que se espremiavam ante um cordão de isolamento feito pela polícia, não conseguiram apreciar bem o evento, pois estavam muito distantes do local do espetáculo. Só as cerca de 500 pessoas que se posicionaram na arquibancada montada para a ocasião puderam acompanhar a apresentação tal qual havia sido pensada. Apenas os convidados VIP, principalmente autoridades políticas, como o general que comandava o Brasil naqueles tempos, Emílio Garrastazu Médici, desfrutaram desse espetáculo que durou aproximadamente setenta minutos.

Realce 20/08/2025 15:40:55 

P_920946 Opções ▾

Intervenção do Conselho:
como o presidente da
república, o general Emílio
Garrastazu Médici,

As comemorações do sesquicentenário da Independência foram feitas para se justificar a forma de poder político vigente, mediante uma conexão, uma linha direta entre a configuração histórica ditatorial, o presente e a data da independência, o passado que merece ser lembrado (veja-se a ligação entre D. Pedro I e o general Médici entre 1822 e 1972 na moeda comemorativa que ilustra este texto). Nesse enredo, não há espaço para a atuação popular, para o protagonismo daqueles que compõem a nação. O povo – que fique nítido – é a plateia; é o público, em pé, sob sol e chuva, espremido pelo cordão de isolamento, enquanto, segurando nas mãos de seus filhos e filhas, vê de longe uma comemoração que não representa sua história.

Realce 20/08/2025 15:41:18
P_920946 Opções
Intervenção do Conselho:
[daquele momento](#)

Realce 20/08/2025 15:47:11
P_920946 Opções
Intervenção do Conselho:
SUPRIMIR

A versão governamental das comemorações do bicentenário da Independência tem buscado representar a história da nação de maneira pálida e sem graça, como foi feito pela ditadura com o sesquicentenário. Para evitarmos que essa seja a única versão, é preciso que lutemos o bom combate de ideias, para ultrapassar os cordões de isolamento e mostrar que a história brasileira é muito mais que sombras de pessoas estranhas vistas ao longe.

Realce 20/08/2025 17:28:22
P_5769 Opções -
Intervenção do Conselho:
que as comemorações do
bicentenário se assemelhem às
do sesquicentenário

Realce 20/08/2025 17:28:02
P_5769 Opções -
Intervenção do conselho:
SUPRIMIR

Realce 20/08/2025 17:29:25
P_5769 Opções -
Intervenção do conselho: Suprimir

É possível ver, portanto, a força de uma memória oficial construída sobre o episódio da independência, que povoou a cidade brasileira de monumentos quando do seu centenário, em 1922, e que foi consolidada no seu sesquicentenário, em 1972, período da ditadura militar (vivida no Brasil entre 1960 e 1970) – ou seja, uma memória construída a partir da narrativa que aborda a Independência como uma história centrada no Centro-Sul e da consagração da tríade de seus principais personagens. Todavia, apesar dessa força simbólica, outras histórias também aparecem na toponímia urbana e rasgam

Realce 20/08/2025 15:50:10

P_7310 Opções

Intervenção do Conselho:
do governo militar